

Desigualdade resiste em polos atratores de investimento público

Em Goiás, investimento bilionário tem vizinho sem teto

— No interior do País, verba pública não se traduz em qualidade de vida; cidades recebem repasses da União, mas dinheiro sustenta folha de pagamento

DANIEL WETERMAN

Aldemar Marques Pereira, de 49 anos, trabalha como motorista, ajudante de serviços gerais e pedreiro. A mulher, Joella Gonçalves Silva, 46 anos, faz serviços domésticos na cidade de Anápolis (GO). Eles moram em frente ao posto de saúde do bairro Santos Dumont, em uma moradia improvisada, feita com pedaços de madeira, telha e lona. Em volta, montaram um jardim bem cuidado, de pequenas plantas e flores em vasos.

Eles moravam em uma casa, mas tiveram de sair por falta de dinheiro para pagar os R\$ 500 de aluguel. Aldemar se machucou em um acidente e não conseguiu mais dirigir, além de ficar sem recursos para renovar a carteira de habilitação.

O bairro Santos Dumont fica ao lado da base aérea de Anápolis, cidade que cresceu com a criação de empregos na base alinhada às indústrias, principalmente do polo farmacêutico. Ali, em projeto recente de acromaves de caça, desenvolveu pela Força Área Brasileira (FAB), o governo gasta mais de R\$ 1 bilhão por ano.

O caso de Anápolis, do bairro Santos Dumont e da família de Aldemar demonstra a incapacidade de os investimentos públicos debelarem a desigualdade social, um dos grandes males que afeta o Brasil. Mesmo sendo uma cidade de porte médio, diferente dos bolsões de pobreza espalhados pelo País, cidade goiana tem 31,9% de sua população vivendo com uma renda mensal de até meio salário mínimo.

Durante uma semana, o Estado percorreu 2.312 quilômetros, passando por 15 cidades do Distrito Federal, de Goiás e do Tocantins, onde há muitos

moradores que levam a vida como Aldemar. Elas formam um entroncamento de grandes investimentos feitos nas últimas décadas no centro do Brasil que decorreram dos projetos de integração nacional e expansão da fronteira agrícola, especialmente a partir da década de 1970. Grandes obras atravessam a região, como a rodovia Belém-Brasília, com o trecho entre Tocantins e Goiás recentemente privatizado, e a Ferrovia Norte-Sul, que vai do Maranhão a São Paulo.

No Brasil, 3.132 municípios (56% do total) têm uma população com renda média abaixo da linha da pobreza, de R\$ 497 mensais, de acordo com levantamento do Estado do Brasil dos publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A estimativa é de que 62,9 milhões de brasileiros vivam em situação de pobreza.

AGRICULTURA. A 83 quilômetros de Anápolis e a 121 da capital Goiânia vive o agricultor Wellington de Souza Rodrigues, de 19 anos. Desde criança ele vive em uma pequena propriedade rural, na localidade de Córrego Grande, no município de Jaraguá. Wellington se sustenta cuidando do gado. O jovem ganha R\$ 2 mil por mês, tem carteira assinada, e já não mora mais com a família. Sua jornada começa às 4h.

Wellington abandonou a escola que frequentava, na mesma localidade, no primeiro ano do ensino médio. Tudo o que sabe aprendeu praticando. O lugar não oferece qualificação nem perspectivas para jovens do campo como ele, e muitos vão embora para Anápolis ou para a capital do Estado.

Com 45 mil habitantes, a prefeitura de Jaraguá recebeu R\$ 73,15 milhões do governo federal no ano passado. O valor



“O Bolsa Família teve uma contribuição na redução da desigualdade, mas o efeito deletério dos impostos sobre o consumo foi tão forte quanto a transferência de renda. Os impostos desferiram tudo que o Bolsa Família fez”

Marcelo Meri Economista da Fundação Getúlio Vargas

equivalente a R\$ 1.618 por habitante, e é maior do que o recebido por Goiânia no mesmo período (R\$ 738). Toda a arrecadação de Jaraguá, incluindo recursos próprios e transferências do Estado de Goiás, somou R\$ 116,4 milhões. Desse valor, 61% foram para o pagamento da folha de pessoal. Somente o restante foi gasto com escolas, postos de saúde e destinado a investimentos.

BOLSÃO. Com uma renda média de R\$ 392,61, valor abaixo da linha da pobreza, Jaraguá faz parte dos bolsões de desigual-

dade do País. Entre os 5.570 municípios brasileiros, ele ocupa o 2.871.º lugar no País de acordo com esse critério. Os dados da FGV revelam também as ilhas de prosperidade: 796 municípios (14% do total) são privilegiados com renda média acima de R\$ 1.024 mensais. Foi onde grandes investimentos do passado se concentraram e o desenvolvimento chegou. Os números são de 2020, os mais recentes, e uniram informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Imposto de Renda. No mesmo ano de 2020, 3



BRASIL EM UM DOS PAÍSES MAIS DESIGUAIS DO MUNDO

Quanto maior o índice, maior é a desigualdade. No mapa abaixo, os indicadores mais recentes de cada país.



Das transferências federais para municípios atingiram o recorde de R\$ 324 bilhões, um crescimento de 20% em uma década. Nunca se viu o Brasil receber tanto dinheiro do País. Ao longo dos anos, porém, o governo reduziu a quantidade de grandes obras e priorizou os repasses de dinheiro para as prefeituras, que ficam livres para decidir onde gastar.

assim como mais da metade dos municípios brasileiros não diagnosticou o problema. Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central, cofundador do instituto, afirma que o Brasil acredita que, podendo governar para transferir, não vai reduzir a desigualdade. Logo, o governo acabou gerando desigualdade ao beneficiando famílias ricas. Por exemplo, se o governo não pagou um ônibus que jeta 200 toneladas de lixo, não há como transferir o investimento em capital humano, nas pessoas, numa economia

“Quando eu coloco estratégia, água, petróleo, papel, gasolina, infraestrutura, saúde, educação, profissional, não dá para fazer nada. O Brasil tem que ser mais eficiente e fazer o que precisa ser feito. É isso que o Brasil precisa fazer”

Paulo Vitor Azeiteiro Prefeito de Jaraguá (GO)

mais forte e inclusiva. A busca por recursos sociais está comprometida”, disse o economista Marcelo Meri, um dos maiores especialistas em renda e desigualdade no Brasil. O efeito deletério dos impostos sobre o consumo foi tão forte quanto a transferência de renda. Os impostos desferiram tudo que o Bolsa Família fez. No trajeto da ferrovia Noroeste, o desenvolvimento se concentrou nas capitais e em algumas poucas cidades, como Anápolis, Rio Verde (GO) e Pôrto Nacional (TO), com rendas médias próximas da das metrópoles a R\$ 1 mil por mês. E ficaram para trás milhares de municípios como Jaraguá, com infraestrutura precária e equipamentos públicos. Na prefeitura, o justificativa é a de que o custo dos serviços e dos materiais aumentou muito. “Quando eu vou até o colégio cobrando, água, gás, papel, gasolina, parafusos, encanamentos, feijão, pão de queijo, não dá para fazer nada”, disse o prefeito de Jaraguá, Paulo Vitor Azeiteiro (União Brasil).

PROSPERIDADE Mesmo dentro de um município prospero, o fantasma da desigualdade aparece. E assim em Anápolis e em Jaraguá, que tem o melhor índice de avaliação. Santos Dumont. Lá o posto de saúde foi, por 20 anos, uma referência de excelência. A inauguração só veio em março de 2022. Ainda assim, a unidade não tem médico fixo e uma consulta chega a custar uma fortuna para quem não tem uma maneira de pagar, a fila é grande e o atendimento é ruim.

Em frente ao posto, moram Aldemar e Joella, citados no início da reportagem. O casal fez serviços informais que arramam na região e junta R\$ 200 por mês, para se alimentar e manter como podem a decorações de casa. Sem água encanada, banheiro adequado e energia elétrica, eles vivem em um vizinho para beber, proparado. Aldemar chegou a documentar a situação em um vídeo para marcar um crime, a falta de água, de saneamento com relação à população.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 8 e 9